

Faço alusão ao domingo 28 de junho lembrando o Levante de Stonewall, lembrando o levante de quem não suportava mais ser alvo da brutalidade de uma sociedade estúpida, violenta, hipócrita, misógina, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica, de uma sociedade que prega o amor, mas pratica a injustiça. Então, fica aqui todo o nosso apoio a essa população que conquistou enormes vitórias, incluindo essa última que citei, no dia 8 de maio.

Os bancos de sangue, por exemplo, o Hemorio, aqui no nosso Estado, particularmente no Município do Rio de Janeiro, vêm fazendo uma série de campanhas para tentar aumentar a doação de sangue, plasma, medula, sem sucesso. Ressalto, finalizando, Sr. Presidente, que essa população é a que mais investe em campanhas contra HIV/Aids. Investe em campanhas e protege a sua população, diferentemente, por exemplo das populações jovens e heterocisnormativas, que veem aumentando cada vez mais o aumento de seus números de contaminação, o que também nos preocupa, pelo vírus HIV.

Celebramos o dia 28, celebramos as conquistas, incluindo as que ainda virão. Estamos juntas, juntos e juntos, cerrando fileiras contra toda forma de violência, contra toda discriminação. Toda forma de vida e de amor vale a pena, por todas as famílias, por todas as pessoas que lutam pela dignidade de poder sobreviver a cada 23 horas. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Obrigado, Deputada Mônica.  
Passo a palavra para o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Obrigado, Sr. Presidente. Começo minha fala repudiando o que o Deputado PSOL falou: que é fantasia utilizar uma roupa da Polícia Militar. Fantasia é o colega dele, Vereador, que acaba com a metade da comida do mundo, se fantasiar de Minnie. Isso é fantasia. O partido que fala de respeito tem um Vereador que queimou a bandeira de Israel. Que tipo de respeito esse partido prega? É um partido que tem Deputado que esquece o irmão jogado em Bangu.  
(Falha na transmissão sonora)

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Deputado Alexandre Knoploch, o som está falhando.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Agora sim.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Eu estava falando, Sr. Presidente, sobre respeito. Perguntei anteriormente: que tipo de respeito esse partido tem quando um Vereador queima a bandeira de Israel? Que tipo de respeito é esse? Que tipo de respeito é esse tem o Deputado que esquece o irmão jogado no presídio de Bangu? Que tipo de respeito é esse? Que tipo de respeito é esse quando se fala que é fantasia utilizar uma roupa da Polícia Militar?

Utilizei aqui aquele capacete com respeito. Nunca quis ingressar na Polícia Militar, e não é por isso que não tenho respeito. Falta de respeito é falar que a farda é uma fantasia. Fantasia é a daquele Vereador que acaba com a metade da comida do mundo utilizando fantasia da Minnie. Isso é fantasia!

Eles têm que aprender a respeitar. Em nenhum momento se pronunciaram quando apareceram imagens de uma quantidade enorme de criminosos em Manguinhos ostentando diversos fuzis. Isso para eles é normal, é o público deles, é o eleitor deles. Eles ficam tristes quando um bandido morre porque eles perdem um eleitor - essa é a verdade. Quando a Vereadora Marielle morreu, eles, no dia seguinte, fizeram uma manifestação, pedindo o fim da polícia militar, colocando a culpa no 41º Batalhão, de Irajá. Quando eles voltaram para pedir desculpa? Nunca se desculparam.

É um partido prepotente, arrogante, que acha que tem a narrativa da vida, que acha que tem a narrativa da educação, que acha que tem a narrativa da verdade. Primeiramente, ganhem a eleição, porque, se vocês não ganham eleição, se vocês não conseguem trazer os seus escolhidos ao Executivo, é sinal de que a narrativa de vocês está podre, está caduca.

Vou conceder um aparte ao Deputado Márcio Gualberto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Deputado Márcio Gualberto, está faltando um minuto. Só para vocês saberem e dividirem o tempo.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Quero fazer três ponderações importantes a partir do que foi dito por uma deputada socialista.

A primeira é que eles disseram que lutam de maneira intransigente pela vida. Isso é mentira, pois eles apoiam o aborto. Só pode dizer que luta de maneira intransigente pela vida, e pela vida de todos, quem não é favorável ao aborto. Essa é a primeira ressalva.

A segunda é que a mesma Deputada, juntamente com o Deputado do partido deles, ambos socialistas, disse não haver pena de morte no Brasil. É outra mentira. Porque existe pena de morte para bebês ainda não nascidos, no ventre de suas mães, pela prática do aborto. O aborto é uma pena de morte. Não deveria existir, mas, lamentavelmente, existe, e o PSOL defende essa bandeira. Então, eles não defendem de maneira intransigente a vida, porque não são pró-vida.

A última é que uma Deputada falou que às vezes os cristãos defendem o assassinato, homicídio de ladrões, de bandidos. Não é bem assim. Evidentemente que nós não queremos que nenhum político morra. Se existem criminosos atraindo contra policiais, o policial tem que reagir. É a sua legítima defesa. Dentro da igreja católica - está no Catecismo da Igreja Católica -, a legítima defesa é prevista. O católico sabe que isso existe, porque está previsto no Catecismo da Igreja Católica. Também dentro dos nossos regimentos, dentro das nossas leis, a legítima defesa é prevista. Enquanto cristão eu não posso me sentir diminuído quando ouço alguém falar algo que não sabe, ou que omite. A legítima defesa está prevista.

Muito obrigado, Deputado Alexandre Knoploch. Muito obrigado, Presidente interino, Deputado Renan Ferreirinha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Obrigado, Deputado Márcio Gualberto e Deputado Alexandre Knoploch.  
Passo agora a palavra para a Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Senhoras e senhores, o debate aqui hoje foi muito acalorado. Precisamos ter um debate mais respeitoso, mais coerente com o que a população está vivendo.

O que eu estou vendo na Casa, parece, é um ataque orquestrado à Deputada Renata. Todo santo dia os Deputados falam do partido dela, falam que o partido dela é a favor do aborto, é a favor da maconha, denegrindo uma Deputada que tem uma história de luta, que tem uma história em defesa dos direitos humanos, que tem uma história de defesa das pessoas, homens e mulheres, sejam eles pretos ou brancos; sejam eles moradores de favela ou não; sejam eles quem forem. A Deputada tem esse trabalho. E já não é de hoje, porque antes de ser Deputada ela já trabalhava na Comissão de Direitos Humanos.

Partidos que defendem o fascismo, partidos que defendem milicianos, partidos que quebram a placa de deputadas, de vereadores em cima de carro, partidos que tiram foto com milicianos - esses são os partidos que estão atacando a Deputada, uma mulher que nós temos que respeitar dentro desta Casa. Até porque a história desse partido é falar que deu uma fraquejada e teve uma filha mulher. A história desse partido é falar que esteve numa comunidade de quilombolas e comparou quilombola a um escravo que pesava uma arroba.

Então, esse é um partido que é um partido fascista. Nós temos que nos diferenciar deste partido, porque seja policial ou seja jovem, negro, de favela, a Deputada com o trabalho dela há muito tempo já vem trabalhando com essas famílias, que perdem seus entes queridos - seja de que lado for -, mas numa guerra insana que está no Estado do Rio de Janeiro. E que este discurso não avance, porque é um discurso fascista e que reproduz fala de milicianos. Esta é a grande verdade.

Então, o que nós queremos defender aqui - e que esperamos que este partido defendesse - são os profissionais de Saúde. Porque esses, sim, estão lá, dando a sua vida. E hoje esses profissionais, que estão dentro de OSSs, que trabalham sem pagamento, porque as OSSs não estão pagando esses trabalhadores, eles estão salvando a vida das pessoas, mas sem dinheiro para ir trabalhar, porque não têm dinheiro para pagar uma passagem. Eles não têm dinheiro para comer.

Então, isso é que sim, é um absurdo. E não vemos esse partido falar dessas pessoas, falar desses trabalhadores. As pessoas estão sem alimento em casa. E o Governador Witzel foi um Governador eleito por esse partido fascista, porque estavam juntos, subindo em carros, subindo em palanques.

Então, temos a OS Lagos-Rio, que é responsável pelo Alberto Torres, que é responsável lá por Cabo Frio, por Saquarema, pela maternidade de Saquarema cujos trabalhadores estão pedindo desesperadamente para fazermos alguma coisa. E não vemos esses partidos virem aqui defender esses trabalhadores, defender a Saúde, defender o médico, defender a enfermagem. Não vemos.

Vemos, sim, defender policial. Eu quero ver defender quem está salvando a vida. É isso o que eu quero ver. Então, nós temos que exigir do Governador que imediatamente se responsabilize pelo salário dessas pessoas. Eles já trabalharam. Estão há dois meses sem receber um centavo. Não têm dinheiro para trabalhar, não têm dinheiro para comer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Peço para concluir.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Não têm dinheiro para cuidar dos seus filhos, mas estão indo lá todos os dias enfrentar uma doença, enfrentar um Covid-19 que mata, que mata todo mundo.

Então, é um desrespeito aos profissionais de Saúde. Esperamos que esta Casa trabalhe de forma coerente, com respeito e defendendo os profissionais de Saúde.

Obrigada, Deputado Ferreirinha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Obrigado, Deputada Enfermeira Rejane.

O último inscrito é o Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Sr. Presidente, todos aqueles e aquelas que nós assistem da TV Alerj, eu quero, na verdade, em primeiro lugar, lamentar o baixo nível em que esta Sessão se transformou.

A verdade é que desde que nós, do PSOL, começamos a cogitar o nome da companheira Renata Souza como um dos nomes que pode ser que nos represente nesta eleição como pré-candidato a Prefeito; um Deputado que é pré-candidato a Prefeito já há dois anos, que apoiava Bolsonaro, traiu Bolsonaro para apoiar Witzel - ele é pré-candidato a Prefeito, não consegue crescer nas pesquisas e começou atacar seguidamente à Deputada Renata Souza e o PSOL como forma de tentar promover uma polarização. E, com isso, crescer e tentar de novo ganhar espaço no campo da direita.

Nós temos que responder às mentiras, temos que responder aos ataques.

Hoje, por exemplo, nós aprovamos um Projeto de Lei que não era do PSOL, era do Deputado Carlos Minc, que dizia como se deve proceder quando, numa operação policial, morrem pessoas em decorrência dessa ação. É este o Projeto do Deputado Carlos Minc, que foi pactuado e modificado a partir de sugestões da própria Polícia. O Projeto foi combinado com a Polícia. Mas eles vêm e fazem esse estardalhaço. Como se fosse um Projeto contra a Polícia, mas é um Projeto que foi combinado com a Polícia.

E por que eles fazem isso? Primeiro, para se promoverem. Porque estes dois que fizeram este estardalhaço hoje são vulgares neste tipo de ação, de tentar forjar polêmicas para se promover. Segundo, porque de fato têm defendido cada vez mais uma política de morte. Eles vêm há algum tempo defendendo uma política de Segurança Pública violenta, que mata. Mata crianças, como o Diogo aqui de Niterói, que morreu indo treinar futebol no clube do América e foi acusado de ser traficante; como o João Pedro, que morreu no quintal da sua casa; como o Marcos Vinicius, que morreu indo para a escola.

E nós, obviamente, defendemos que se tenha controle. As pessoas não podem continuar morrendo. Isso é o que se chama de necropolítica, a defesa de uma política de morte. Como se o Estado pudesse escolher quem vai morrer e escolha pobres, negros, pessoas moradoras da favela. Isso é inaceitável.

O resultado dessa necropolítica, dessa banalização da morte, é que, nesse momento em que o Brasil e o mundo são afetados por uma pandemia, essas mesmas figuras não querem saber da pandemia. Não querem saber das pessoas que estão morrendo. Banalizam. São falas como as ditas pelo próprio Presidente Bolsonaro: "O que eu vou fazer? Todo mundo morre um dia". Mas a pessoa pode morrer hoje ou pode ter uma vida inteira pela frente e morrer daqui 30 anos. Isso é banalizar a morte das pessoas. Isso é uma política de morte, não é uma política de vida. É isso o que eles estão fazendo, é isso o que eles estão defendendo.

Nós estamos, cada vez mais, vendo no Brasil o crescimento de discursos, práticas, de forças políticas de viés fascista. A extrema direita no mundo já provocou horrores, como nós vimos com a ascensão do nazismo, do fascismo, na Itália, na Alemanha. E agora, no Brasil, nós vemos uma força política de perfil semelhante. Não é à toa que temos visto gente das mais diferentes ideologias repudiando essa escalada autoritária, esse crescimento totalitário e essas práticas fascistas.

Então, eu peço desculpas por mais uma vez nós termos que assistir a este baixo nível. Mas, desde que começou a se cogitar o nome da companheira Deputada Renata Souza como pré-candidata à Prefeita do PSOL na Cidade do Rio de Janeiro, estes Deputados começaram a atacá-la, mesmo quando o Projeto, como o de hoje, não era dela, era do Deputado Carlos Minc. Aliás, Deputado Carlos Minc, que é autor, por exemplo, de um Projeto de Lei para garantir aos policiais militares o direito de se organizarem em associações.

A Deputada Renata Souza é autora de um Projeto para se estabelecer um programa de saúde mental e prevenção ao suicídio entre os policiais, e, vítimas também desta política de segurança violenta, estão entre as carreiras que mais cometem suicídio no Brasil.

Então, não vamos nos deixar levar por maniqueísmos e nem por esses oportunismos eleitorais. Nós queremos qualificar o debate. A Assembleia Legislativa, num momento como este, de pandemia, tem muita responsabilidade para cuidar da vida das pessoas e não vamos deixar que isso seja transformado.

Por fim, quando eu digo que um Deputado está fantasiado de policial é porque ele não é policial, está usando vestimentas de policial, e muitas vezes tem tentando agir como policial, inclusive de forma que nós consideramos abusiva. Um Deputado não pode tomar atitudes que cabem à Polícia. Nós confiamos na Polícia para prover a nossa segurança. Como Deputados, nós temos que entender qual é o limite da nossa atuação. É um limite muito importante, de produzir leis, leis inclusive que vão regulamentar o papel da Polícia e o papel da polícia é garantir segurança pública e o cumprimento das leis, obviamente, sempre se submetendo à Justiça.

Obrigado a todas e todos. E vamos nos preocupar com as vidas da população do Rio de Janeiro que estão sendo perdidas com essa pandemia, com a situação de violência. E vamos tentar acrescentar melhoras na vida da população.

Boa noite. Obrigado a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Ferreirinha) - Obrigado, Deputado Flávio Serafini. Aproveito aqui, já não havendo mais oradores inscritos, para deixar também meu repúdio a qualquer forma de baixo nível nas conversas e trocas aqui neste Parlamento.

É um local tão importante neste momento que nós passamos, de pandemia, de grandes dificuldades na nossa sociedade. E a Alerj tem focado os seus esforços para produzir o máximo de leis e projetos possíveis para aliviar a dor das pessoas e é isso que nós temos que focar.

Fica a minha solidariedade também à Deputada Renata Souza pela forma como isso foi tratado, individualizado.

Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência declara encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18 horas)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS: ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; RENAN FERREIRINHA, A CONVITE.

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES PRESENTES NA 147ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2020

Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Capitão Paulo Teixeira, Carlos Minc, Chicão Bulhões, Chico Machado, Chiquinho da Mangueira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Dr. Serginho, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovani Ratinho, Gustavo Schmidt, Gustavo Tutuca, Jair Bittencourt, João Peixoto, Jorge Felipe Neto, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcos Muller, Marcus Vinicius, Marina Rocha, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Pedro Ricardo, Renan Ferreirinha, Renata Souza, Renato Cozzolino, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Samuel Malafaia, Subtenente Bernardo, Thiago Pampolha, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Welberth Rezende, Zeidan.

Id: 2257441

## Comissões

### PERMANENTES

#### PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2020, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROGRAMA QUE ESTABELECE O AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA MITIGAR EFEITOS DO COVID-19, E DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES", INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 000/2020.

Autores: Deputados LUIZ PAULO, ANDRÉ CECILIANO, LUCINHA, MARTHA ROCHA e WALDECK CARNEIRO  
Relator: Deputado MÁRCIO PACHECO

#### (CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO)

##### I - RELATÓRIO

Trata-se de exame do projeto de lei dos nobres Deputados Luiz Paulo, André Ceciliano, Lucinha, Martha Rocha e Waldeck Carneiro, que autoriza o Poder Executivo Estadual a aderir ao Programa que estabelece o auxílio financeiro ao Estado do Rio de Janeiro, este instituído pela Lei Complementar Federal nº 000/20.

##### II - PARECER DO RELATOR

Conforme determina o art. 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa deste projeto.

O mencionado projeto de lei tem o escopo de autorizar o Poder Executivo Estadual a aderir ao Programa que estabelece o auxílio financeiro ao Estado do Rio de Janeiro, assim como a outros entes da Federação, programa este instituído pela Lei Complementar Federal nº 000/20.

Vale desde já destacar que, no momento da apresentação do projeto de lei complementar, não havia em curso qualquer Programa para auxílio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 e aos diretrizes fiscais. Tanto o é que, na própria ementa e no corpo do Projeto de Lei em análise, faz-se referência a projeto de lei complementar sem número, isso é, 000/2020.

Acredita-se que o projeto de lei complementar objeto deste parecer faz alusão ao Projeto de Lei Complementar nº 149, de 2019, que tramitava no Senado Federal. É o conhecido na mídia e na política brasileira como o "Plano Mansueto".

O Plano de Promoção de Equilíbrio Fiscal, conhecido como o Plano Mansueto alhures mencionado é um programa de curto prazo, que permite que Estados, Distrito Federal e Municípios, sem capacidade de pagamento de suas dívidas, tenham acesso a empréstimos com garantias da União Federal, mas desde que ajustes fiscais sejam feitos para recuperarem suas finanças. Estipula normas para refinanciamento de dívidas, entre outros. Sendo assim, em poucas palavras, um plano de socorro emergencial da União Federal para demais entes da Federação, mitigando os efeitos da pandemia da COVID-19 no Brasil.

O texto fora apresentado pelo Poder Executivo Federal em 2019, através da PLP nº 149/2019, mas desde a pandemia da COVID-19 já sofreu diversas alterações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo alterado para PLC 149/2019, nesta segunda Casa Legislativa. Teve como base normativa os artigos 165 e 166 da Constituição Federal, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101 de 2000), para, enfim, prestar auxílio financeiro aos demais entes da Federação em decorrência, por exemplo, da queda de arrecadação do ICMS e ISS sofrida em curso por conta do caos sanitário instalado em todo território nacional.

Acontece que, após a proposição deste projeto sob análise, a Câmara dos Deputados decidiu substituir a discussão do plano mansueto (PLC 149/2019) pelo PLP nº 39/2020, que foi sancionado pelo Presidente, transformando-se na Lei Complementar nº 173, de 20 de maio de 2020. Razão pela qual, apresentado as seguintes emendas:

##### EMENDA Nº 01 (MODIFICATIVA)

Modifique-se a ementa do Projeto de Lei Complementar nº 20/2020, que passa a ter a seguinte redação:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADERIR AO PROGRAMA INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, QUE ESTABELECE O AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19), E DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."